



O Gosto em Pierre Bourdieu: habitus e práticas alimentares



Jamacy Costa Souza*

A primeira vez que tive contato com a noção de habitus (em 2009), me questionei: como, em tantos anos de formado, nunca fora apresentado a um conceito tão importante para compreender as práticas alimentares? Era o início do meu doutorado no ISC-UFBA, no qual fiz uso do referencial bourdieusiano para analisar a gênese do Programa de Incentivo Fiscal à Alimentação do Trabalhador (PIFAT/PAT). Após a defesa da tese, alguns colegas me convidaram para falar sobre o conceito para estudantes de graduação e pós-graduação em Nutrição. E foi assim que em 19/10/2017 participei da disciplina “Seminários Contemporâneos sobre Hábitos Alimentares: Gosto, Corporalidades e Obesidade” dando uma aula com o título: “O Gosto em Pierre Bourdieu: habitus e práticas alimentares”. Este texto é uma síntese do que abordei naquele momento.

Iniciei a aula apresentando três questões para orientar a reflexão:

1. O que significa uma recomendação ou orientação alimentar?
2. Quais são os espaços/campos de imposição de uma “alimentação legítima”?

3. O que é exposição e o que é desfecho quando analisamos práticas alimentares?

Como questões norteadoras, a intenção não é oferecer respostas (até porque não as tenho no momento). Mas são pontos de partida para discutirmos habitus a partir de algumas das bases que orientam os estudos e as intervenções sobre as práticas alimentares.

O habitus pode ser entendido como um sistema de disposições, esquemas de percepção que orientam as diferentes ações dos agentes. Esse sistema gerador produz o estilo de vida, do qual faz parte o gosto em relação aos alimentos. Funciona, assim, como “estrutura estruturada” por corresponder à incorporação no “inconsciente” (ou não-consciente) das estruturas sociais, e estruturante por orientar as escolhas práticas e os julgamentos. Daí deriva uma síntese bastante usada, que o apresenta como “estrutura estruturada e estruturante”. Para os “iniciados”, é uma ótima formulação. Sobretudo nestes tempos de exíguos espaços para a escrita. Todavia, para quem está se apropriando da obra de Bourdieu, mormente para quem o faz ao passo que se aproxima das ciências sociais, pode soar de difícil compreensão. Ocorre que há uma outra síntese igualmente boa e, suponho, de mais fácil entendimento: “o habitus é a história tornada corpo”.

A noção de habitus em Bourdieu designa o processo ou mecanismo pelo qual reagimos em determinadas circunstâncias. Diz respeito às referências cognitivas, corporais e afetivas que lançamos mão, ainda que em estado não consciente, no momento de agir. Fazer um julgamento de bom ou ruim, bem ou mau, certo ou errado, adequado ou inadequado, justo ou injusto, pertinente ou impertinente, sensato ou insensato... requer buscar os parâmetros que estruturam cada um desses juízos, ou vários deles em seu conjunto.

Essas referências, esses padrões, essas estruturas que orientam a prática, por sua vez, não são produtos de geração espontânea. São frutos de um processo histórico, de disputas entre diversos pontos de vistas, que, uma vez vencida a “batalha”, vai pouco-a-pouco se “naturalizando”, passando de geração-em-geração até sequer dar-mo-nos conta que “um outro mundo é possível”. Ou, como na fala do personagem Chicó, do Ariano Suassuna: “não sei, só sei que é assim!”.

A disputa em torno de um ponto de vista se dá em um espaço social. Ou em um campo, ou em um espaço inter-campos. Ou seja: se dá na interação de diversos agentes e instituições, cujas diferentes estruturas de julgamento entram em conflito até que uma (ou mais) se estabeleça.

Mudar uma prática, portanto, implica em alterar as estruturas de julgamento que orientam essa prática. Requer modificar o habitus.

Assim, fazer alguém adotar uma recomendação ou orientação alimentar requer a modificação dos seus padrões de julgamento. Significa construir condições para que a prática que se quer mudar perca o sentido prático que atualmente tem, em vantagem da nova que se quer implantar na mente, no corpo e nas emoções do outro. Constituir uma virtude para uma nova necessidade. Ou, modificar a posição de distância daquela necessidade. É um ato, pois, de violência que se estende às dimensões física, cognitiva e afetiva e, em logrando sucesso, vai constituir-se em uma violência simbólica (aquela que de tão incorporada, naturalizada, já não é percebida como tal). Ou seja: requer tempo e legitimidade. E não parece que isso seja facilmente exequível no curto intervalo de uma consulta ou exposição, mesmo que repetidas com certa frequência; ainda mais em uma área de conhecimento que disputa sua legitimidade com diversos espaços do campo social global.

Os principais espaços de constituição do habitus é a família e, em seguida, a escola. Mas, à medida que o agente circula por outros campos, novas disputas e injunções vão “aggiornando” sua vida, bem como ele pode contribuir para alterar o estado das disputas e oposições vigentes. Daí diz-se que habitus é um estrutura estruturada (porque herdada da sua construção histórica), mas também estruturante, porque capaz de promover mudanças.

A disputa em torno da alimentação adequada ou saudável (duas categorizações que postas lado-a-lado servem mais para ocultar as contradições do espaço de formulação de política nutricional no Brasil), está em aberto e se dá em várias frentes: a tradição, ou a história familiar; a classe social de origem do agente; e os diversos espaços que disputam o poder de emitir um julgamento final e definitivo sobre o quê, como e quando comer. É um “mundo sem fim” que envolve as religiões, o Estado, os campos científico e econômico, os meios de comunicação, as chamadas redes sociais... Enfim, se entendermos que parte importante do que viabiliza a vida entra pela boca sob a forma de comida, fica mais clara a complexidade do fenômeno e sua imbricação (subordinação talvez fosse a melhor palavra) às relações sociais de produção material e simbólica.

Deste modo, identificar as práticas alimentares e de onde “vêm” os pontos de vistas que as legitimam e as condições que as possibilitam, é um belo plano de investigação para responder a segunda questão.

Por fim, façamos a breve reflexão sobre o que seria a relação causa e efeito nos estudos sobre as práticas alimentares.

A importância do biológico é incontestável; afinal, é num corpo que um habitus (produto das dinâmicas sociais) se efetiva, se “incorpora”. No entanto, é no “mundo da vida em sociedade” que as disputas se dão e se viabilizam. Logo, cabe a indagação: neste jogo em que as fronteiras entre o social e o biológico não se distinguem muito bem, onde começa e onde termina um fenômeno? Ou, para ser mais direto: o quê e como se come é, afinal, exposição ou um desfecho da trama da vida?

Geralmente, nos estudos clínicos (e mesmo em muitos estudo epidemiológicos), a alimentação (o consumo) é a exposição, e a patologia, ou o “estado nutricional”, é o desfecho. Ocorre que, se por um lado o consumo determina o corpo que se tem; por outro, a visão que o agente tem do seu próprio corpo (que é produto de uma construção social), e as condições reais de possibilidades de vida daquele corpo (que é, igualmente, produto de uma construção social), também condiciona o consumo que se pratica, ou o consumo que é praticável para um determinado conjunto de agentes. Ou seja: o agente, a depender das tensões sociais que enfrenta nos diversos campos pelos quais transita (ou transitou) ao longo de sua vida, construirá (e terá/será construída) uma relação própria com o seu corpo e, como causa e consequência (simultaneamente), com o que come e como come. Em síntese: a prática alimentar é orientada por um habitus que, produto e produtor de uma realidade social, ajusta (ou desajusta) o corpo (e o consumo) à sua condição concreta de existência.

TEXTOS RELACIONADOS

[Pesquisadores lançam livro sobre Comunidade Geraizeira](#)



[Conexões entre a pandemia da Covid19 e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional](#)



[Conexão Fiocruz Brasília: Alimentação em tempos de pandemia: Hábitos saudáveis, fome e solidariedade](#)

